



EBSERH *Fisioterapia*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia textual e gêneros textuais	3
Ortografia oficial	21
Acentuação gráfica.....	30
Classes de palavras	33
Sintaxe da oração e do período	45
Uso do sinal indicativo de crase	46
Pontuação	54
Concordância nominal e verbal	59
Regência nominal e verbal	61
Significação das palavras.....	63
Questões	71
Gabarito.....	85

LEGISLAÇÃO EBSERH

Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011	1
Regimento Interno da Ebserh (Aprovado na 188ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de outubro de 2024).....	4
Código de Ética e Conduta da Ebserh - Princípios Éticos e Compromissos de Conduta – 2ª Edição (2020).....	44
Estatuto Social da Ebserh (Aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2024).....	49
Regulamento de Pessoal da Ebserh	75
Norma Operacional de Controle Disciplinar da Ebserh (atualizada em 17/01/2023).....	88
Questões	102
Gabarito.....	110

SUMÁRIO



POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal; Controle social no Sistema Único de Saúde (SUS).....	1
Constituição Federal 1988, Título VIII - artigos de 194 a 200	6
Lei Orgânica da Saúde - Lei n° 8.080/1990	12
Lei n° 8.142/1990 e Decreto Presidencial n° 7.508, de 28 de junho de 2011	31
História das políticas de saúde no Brasil e a Reforma Sanitária Brasileira	39
Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012 e suas alterações e atualizações	53
Determinantes sociais da saúde	64
Sistemas de informação em saúde	65
Estratégia Saúde da Família e Política Nacional de Atenção Básica	69
Redes de Atenção à Saúde.....	74
RDC n° 63, de 25 de novembro de 2011 – Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde	75
RDC n° 36, de 25 de julho de 2013 – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências	83
NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (Portaria n° 485, de 11 de novembro de 2005).....	87
Resolução CNS n° 453, de 10 de maio de 2012 – Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde	90
Resolução CNS n° 553, de 9 de agosto de 2017 – Dispõe sobre a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde.....	95
Resolução CNS n° 330, de 4 de novembro de 2003 – Aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NOB/RH-SUS) como política nacional de gestão do trabalho e da educação em saúde, no âmbito do SUS	103
Portaria n° 992, de 13 de maio de 2009 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.....	104
Portaria n° 2.836, de 1° de dezembro de 2011 – Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).....	110
Portaria GM/MS n° 230, de 7 de março de 2023 – Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS.....	114
Portaria GM/MS n° 1.526, de 11 de outubro de 2023 – Altera as Portarias de Consolidação GM/MS n° 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).....	120
Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP).....	139
Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS).....	147

SUMÁRIO



Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).....	151
Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (Portaria GM/MS nº 198/2004 e suas alterações e atualizações)	153
Programa Nacional de Segurança do Paciente	156
Bioética.....	159
Questões	161
Gabarito.....	169

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Métodos e técnicas de avaliação, tratamento e procedimentos em fisioterapia; Provas de função muscular	1
Cinesiologia e Biomecânica	3
Análise da marcha.....	6
Exercícios terapêuticos e treinamento funcional.....	9
Indicação, contra-indicação, técnicas e efeitos fisiológicos da hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, crioterapia, eletroterapia, termoterapia superficial e profunda	9
Prescrição e treinamento de órteses e próteses.....	18
Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício e fisiopatologia, semiologia e procedimentos fisioterápicos nas áreas: neurológicas e neuropediátricas; ortopedia e traumatologia; cardiologia; pneumologia; ginecologia e obstetrícia	20
Geriatría: fisioterapia preventiva, curativa e reabilitadora	22
Ética profissional	30
Questões	39
Gabarito.....	46

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também

**LEI Nº 12.550, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011**

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar empresa pública unipessoal, na forma definida no inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 5º do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.

§ 1º A EBSEH terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação.

§ 2º Fica a EBSEH autorizada a criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social, com as mesmas características estabelecidas no caput deste artigo, aplicando-se a essas subsidiárias o disposto nos arts. 2º a 8º, no caput e nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 9º e, ainda, nos arts. 10 a 15 desta Lei.

Art. 2º A EBSEH terá seu capital social integralmente sob a propriedade da União.

Parágrafo único. A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Art. 3º A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

§ 1º As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde de que trata o caput estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º No desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a EBSEH observará as orientações da Política Nacional de Saúde, de responsabilidade do Ministério da Saúde.

§ 3º É assegurado à EBSEH o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 4º Compete à EBSEH:

I - administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;



Políticas Públicas de Saúde e Educação

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

— **OBSERVAÇÃO:** Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.



Conhecimentos Específicos

Engloba a avaliação clínica e funcional da postura, marcha, função respiratória e neurológica, incorporando a análise, compreensão, embasamento e treinamento das manobras e procedimentos que compõem os conceitos de avaliação, juntamente com seus elementos estruturais. Além disso, tem como objetivo a aplicação dos conhecimentos adquiridos na avaliação clínica e posterior ao tratamento dos pacientes.

Abrange a identificação das bases anatomofuncionais, movimentos segmentares, e análise da postura e marcha por meio de estudos teóricos e práticos. Aborda os fundamentos da avaliação, incluindo a avaliação das unidades motoras, coluna vertebral, mecânica do equilíbrio, postura, marcha, respiração e parede abdominal, bem como técnicas como perimetria, goniometria, testes de força muscular e avaliações específicas.

Método se refere ao procedimento ou abordagem seguida para investigar a verdade ou adquirir conhecimento em um campo de estudo ou ciência. Raciocínio utilizado para alcançar o entendimento ou a demonstração da verdade.

Técnica, por outro lado, diz respeito aos componentes materiais ou aos processos envolvidos em uma arte ou disciplina. Em relação à fisioterapia, investigar as disfunções do movimento é uma parte essencial de seus métodos, possivelmente sendo a mais crucial na prática clínica. A aplicação de técnicas eficazes não é suficiente se um diagnóstico preciso não tiver sido estabelecido anteriormente.

PROVAS DE FUNÇÃO MUSCULAR

Seu propósito reside em avaliar, quantificar, qualificar, classificar, comparar e reavaliar a função dos diferentes segmentos do corpo, a fim de identificar quaisquer alterações na funcionalidade.

Força muscular refere-se à capacidade de um músculo ou grupo de músculos gerar torque em uma articulação específica. É amplamente reconhecida como uma das valências físicas mais significativas, estando estreitamente relacionada com a capacidade funcional.

A mensuração da força muscular desempenha um papel fundamental na avaliação funcional dos indivíduos e é empregada na prática clínica com diversos objetivos. Isso inclui o diagnóstico funcional para avaliar mudanças ao longo do tempo, além de servir como um indicador preditivo ou prognóstico para a ocorrência de quedas e limitações na execução das atividades diárias.

Elementos e fatores que podem influenciar na avaliação da força muscular

ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	FATORES NEUTRAIS
Secção transversa da fibra muscular	Hora do dia	Número de unidades motoras ativas
Número de fibras musculares	Método de treinamento	Frequência de disparos
Velocidade de contração das fibras musculares	Motivação	Coativação dos músculos antagonistas
Tipo de fibra muscular	Nutrição	
Coordenação	Doping	
Gênero		
Idade		

(Eichinger, F L F et al, 2015)

A avaliação manual é uma ferramenta significativa para o diagnóstico e prognóstico de distúrbios musculoesqueléticos, requerendo uma diferenciação rigorosa das ações musculares, uma vez que raramente um músculo atua isoladamente, com outros músculos frequentemente desempenhando funções semelhantes. Esses testes são categorizados em uma escala de 5 graus, variando de 0 (ausência de contração muscular) a 5 (contração máxima). É fundamental ressaltar que essa avaliação é subjetiva.